

A Antígona Tropical: ensaio sobre ética brasileira. (The Tropical Antigone: essays on Brazilian ethics)

FELIPE BELTRAN KATZ

Mestre em História Social, Licenciatura Plena em História e graduação em Filosofia pela PUC-SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, curso de extensão na COGEA E PUC-SP em África Contemporânea e Arqueologia, professor do curso de Administração da UNIPINHAL
E-mail - fbkatz1917@hotmail.com

LUIZ PASCOAL MARTINEZ BELMONTE

Administrador de empresas, pela Universidade Santa Cecília e especialista em Controladoria pela FGV, mestre em Administração pela UNIMEP Universidade Metodista de Piracicaba, mais de 20 anos de vivência industrial, consultor empresarial, professor universitário.
E-mail: lpascoal1@hotmail.com

INÊS A. MASCÀRA MANDELLI

Doutora pela Unicamp; Mestra em administração pela PUC – SP; Especialista em contabilidade e auditoria pela PUC- Campinas; Administradora; Professora da PUC- Campinas.
E-mail: ines.mandelli@gmail.com

LUIZ FELIPE FERREIRA

Diretor da DMF Consultoria. Professor e Coordenador do curso de Projetos Mecânicos da FATEC de Mogi Mirim. Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela PUC Campinas. Mestre em Engenharia e Ciências dos Materiais pela USF de Itatiba. Pós-graduado em Administração da Produção e Materiais pela UNIMEP de Piracicaba.
E-mail: lferreira55@uol.com.br

RESUMO

No contexto do discurso liberal sempre há a defesa do poder privado em detrimento do poder público, da privatização do que é comum. A discussão entre o poder público e privado já havia sido discutida na Grécia Antiga pelo dramaturgo Sófocles em sua peça *Antígona*. No enredo existe disputa entre a vontade individual de Antígona de enterrar seu irmão contra as leis de sua cidade. No Brasil, desde o início, houve a predominância da vontade privada sobre a vontade comum. Isto se reflete na ética brasileira, sintetizada pelo conceito de *homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda. Este homem que não consegue pesar pela razão, mas pelo coração. O texto tem o objetivo de apresentar estas questões e sugerir que a ética brasileira possui uma faceta liberal que impede que os brasileiros distingam o que pertence à esfera privada e individual e o que pertence à esfera pública e comum.

Palavras chave: História do Brasil- Ética- *Raízes do Brasil*

ABSTRACT

In the context of the liberal discourse there is always the defence of the private power against the public power, the privatization of what is common. This subject had already being debated in

Ancient Greece by the playwright Sophocles in his play *Antigone*. In the plot there is the quarrel between the private will of Antigone to bury her brother against the laws of her city. In Brazil, since the beginning, there was the predominance of the private will over the common will. This is reflected in the Brazilian ethics, synthesized in the concept of the *hearty man* of Sérgio Buarque de Holanda. This man cannot think by reason, but by the hearth. The text has the goal of presetting these questions and suggests that the Brazilian ethics has a liberal facet that prevents the Brazilians to distinguish what belongs to the private and individual sphere and the public and common sphere.

Keywords: Brazilian History- Ethics- *Raízes do Brasil*

1 - INTRODUÇÃO

Sergio Buarque de Holanda foi perspicaz ao compreender as questões que tangenciam o caráter brasileiro: a incapacidade nacional de lidar com o que é coletivo. Isto ocorre porque falta ao caráter brasileiro uma *jaula de ferro* à maneira weberiana. Assim sendo, historicamente, a vontade privada sempre prevaleceu sobre a vontade coletiva.

Diante disso é possível afirmar, que o processo histórico brasileiro, produziu uma faceta liberal *avant la lettre*. Segundo a visão de Sergio Buarque e outros pensadores do Brasil, como Gilberto Freyre, é possível identificar que a conduta brasileira sempre procura os interesses particulares acima dos interesses comuns. Mas como lembra Sergio Buarque, influenciado pelo pensamento weberiano acerca da *impessoalidade*, “na civilização a qualquer coisa de coercitivo”, ou seja, é necessária certa dose de reflexão para agir de maneira coletiva, não apenas atirar-se nas vontades das paixões individuais.

A questões debatidas aqui tem por objetivo mostrar a originalidade do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, num

entendimento original de como foi construída uma certa *ética brasileira*.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1-Liberalismo *avant la lettre*

Certa vez, numa entrevista à revista britânica *Women's own*, a primeira-ministra daquele país, Margaret Thatcher (1925-2013), afirmou que: “Não existe sociedade, apenas indivíduos, homens, mulheres e existem famílias.” (apud HOBBSAWN, 2010: p.330). Essa afirmação resume significativamente o pensamento daquela senhora e os demais teóricos políticos da década de 1980, teóricos esses que afirmavam que o Estado é um problema para o desenvolvimento dos indivíduos. A palavra *sociedade* remete à idéia de um conjunto unitário à mercê do planejamento dos funcionários públicos e seus interesses, enquanto que as palavras *indivíduo* e *famílias* remetem a idéia de associações pequenas, de ação coletiva e com vistas aos interesses dos membros dessa associação, uma relação mais livre e independente. A concepção de sociedade pretende legitimar um Estado interventor, a concepção de família, justifica um governo liberal, que respeita a vontades individuais e a liberdade de

empreendimento próprio. Thatcher comunga com a última.

No entanto, essa visão, que durante a década de 1980, correu o mundo, é parte indissociável do processo histórico brasileiro. Justamente, enquanto Milton Friedman (1912-2006), Friedrich Hayek (1899-1992), Ronald Reagan (1911-2004) e Thatcher, recitavam o mantra contra o Estado interventor e em favor das famílias e da liberdade econômica, o Brasil deste de pouco mais do ano de mil e quinhentos já vivia esse sonho liberal. Prova disto e, como o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), em sua grande obra: *Casa Grande e Senzala* retrata a vida do Brasil colonial: “A família, não o indivíduo, nem tampouco Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde do século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constitui-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senadores da Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder do rei e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes parasitismos econômicos, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.”(FREYRE, 1978: p.18) o processo histórico brasileiro teve um faceta liberal poucas vezes explorados. No entanto, mais do que o processo histórico, a própria *ética* brasileira observou certas partes dessa

faceta, notadamente a questão da privatização de certos aspectos da vida pública e particularização de certas características da vida coletiva.

2.2- O Homem Cordial

A palavra *ética* tem origem grega, o primeiro pensador que seriamente abordou a questão da ética foi Aristóteles (384 a.C.- 322 a.C.), ele afirma que *ética* significa *caráter*, e que é uma variação da palavra *ethos*, que significa costume, hábito (ARISÓTELES, 2004: p.31), ou seja, a ética tem como elemento básico o modo de agir dos indivíduos, o hábito é que faz a ética. Portanto, segundo a definição aristotélica de ética, não existe caráter moral numa ação. Ética apenas significa o modo de agir de um indivíduo ou uma comunidade, os hábitos que determinado homem sozinho ou em conjunto possui. Assim sendo é possível identificar uma *ética brasileira*, ou seja, um hábito, um caráter tipicamente brasileiro de se lidar com a vida. Um autor que compreendeu profundamente esse caráter brasileiro foi Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), foi ele quem elaborou a concepção do *homem cordial*, concepção esta que resume bem o modo de agir dos brasileiros. Na sua obra *Raízes do Brasil* está demarcada toda a gênese da formação do caráter brasileiro.

Segundo Sérgio Buarque, a origem do *homem cordial* brasileiro está ancorada em duas fontes. A primeira é o caráter dos povos ibéricos que, segundo Buarque, foi trazido para a América de forma praticamente intacta

(HOLANDA, 2002: p.40), enquanto que a segunda, não tão essencialista, relaciona-se diretamente como a questão da própria formação histórica do Brasil que é o aspecto de sociedade rural que permeou a experiência da nação brasileira, pelo menos até o início do século XX (HOLANDA, 2002: p.73). A personalidade ibérica e suas conseqüências, somadas à herança rural da sociedade brasileira resultam no surgimento do *homem cordial*.

O brasileiro deve muito de sua formação ética aos hábitos e costumes ibéricos, ou seja, dos habitantes da península Ibérica, região que atualmente é constituída por Espanha e Portugal. Não poderia ser de outra maneira, afinal de contas, nosso país foi parte integral de Portugal por mais de trezentos anos. Sergio Buarque sugere que a ética entre portugueses e espanhóis é distinta dos demais povos europeus: “Precisamente a comparação entre elas e as da Europa de além-Pireneus faz ressaltar uma característica bem peculiar à gente da península Ibérica, uma característica que está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum dos seus vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo da evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais” (HOLANDA, 2002: p.32). Na península Ibérica desenvolve-se precocemente a concepção do individualismo, cada um é um ser independente, quase sem nenhum tipo de

submissão. A hierarquia social, que em outras regiões da Europa estava demarcada entre nobres e plebeus, sendo os últimos inteiramente subjugados aos primeiros, em Portugal e Espanha, devido à presença da *personalidade*, era completamente imprecisa: “A comida do povo não se distinguia muito dos cavalheiros nobres, por isso que uns e outros estavam em contínuas relações de intimidade; não só nobres comiam com os populares, mais ainda lhes entregavam a criação dos filhos. Prova está na instituição do *amádigo* pela qual os nobres davam a educar seus filhos aos vilões, que desfrutavam, nesse caso, de alguns privilégios e isenções.” (HOLANDA, 2002: p.36). O que temos entre portugueses e espanhóis é uma relação que se dá de forma horizontal, que valoriza a ação independente de cada sujeito na sociedade, não uma relação horizontal de comando e obediência. Assim sendo, em muitos de seus aspectos, o caráter ibérico é extremamente individualista: “Efetivamente, as teorias negadoras do livre-arbítrio foram sempre encardas com desconfiança e antipatia pelos espanhóis e portugueses. Nunca eles se sentiram à vontade em um mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais não encontrassem pleno reconhecimento” (HOLANDA, 2002: p.37). O ibérico tem o caráter indomado, ele não se contenta com o planejamento, ele não permite que seus impulsos individuais sejam controlados por terceiros, um Estado interventor, por exemplo. O que importa ao ibérico é o seu valor como indivíduo, sua ação

como particular. A responsabilidade de cada homem é seu domínio privado.

Perante esse quadro de impulsos individuais e privatização de quase toda a ação, Sergio Buarque afirma que a ética ibérica produz o sujeito aventureiro, ou seja, alguém que não possui limites e que está disposto à tomar o mundo de assalto: “Pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nesta proeza, sua missão histórica. E sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra a sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos como portadores naturais dessa missão” (HOLANDA, 2002: p.43). O estabelecimento bem sucedido destes homens ibéricos com seus hábitos peculiares num ambiente geograficamente distinto do seu foi realizado graças ao predomínio do sujeito aventureiro na estruturação de uma nova civilização: “E, no entanto, o gosto da aventura (...) teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiram longo processo de adaptação, foi elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa” (HOLANDA, 2002: p.46). Não foi o planejamento estatal, nem a interferência

de qualquer força dirigente que predominou para o estabelecimento destes homens nas atuais terras brasileiras. A balança pendeu, como aponta Buarque, para o lado do sujeito aventureiro, este que de forma privada e buscando seus interesses em pequenos grupos foi o artífice da construção do que posteriormente viria a chamar-se Brasil. O aventureiro não pode ser contido por qualquer força planificadora: “Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes” (HOLANDA, 2002: p.44). Prova inquestionável da adaptação do ibérico, por meio de seu caráter distinto, foi o uso corrente da mandioca entre os colonizadores europeus: “Onde lhe faltasse pão de trigo, aprendiam comer o da terra, e com tal requinte, que (...) a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia” (HOLANDA, 2002: p.44). Obstáculo transformado em trampolim.

2.3- A Herança Rural

Como já mencionado, duas são as fontes, raízes, de onde brota o *homem cordial*. A primeira, o caráter ibérico transplantado para abaixo do equador, tem como ponto fundamental ser de tipo essencialista. Sendo assim essa raiz faz parte de uma forma de essência do *etos* brasileiro, ou seja, independente do processo histórico, das mudanças políticas ou sociais esse tipo de

conduta personalista e de tendência individualista perpassa o modo de agir nossa população. Do outro lado temos a herança rural, que marcou o caráter brasileiro de maneira menos essencial. Sua origem é circunstancial, pois a estruturação da sociedade estabelecida em terras brasileiras optou por conduzir a colonização em direção ao mundo rural, assim sendo a marca da herança rural faz parte da conduta brasileira por escolha e não por necessidade. “O predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos colonizadores do que uma imposição do meio” (HOLANDA, 2002: p.92).. No entanto, essa escolha contribui para ressaltar elementos encontrados na essência da ética ibérica, que dificilmente são podem ser apagados: “Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois da proclamação de nossa independência política e cujas reflexões não se apagam ainda hoje” (HOLANDA, 2002: p.73). Assim sendo essa raiz do *homem cordial* é mais maleável que a outra, mas deve-se ter em mente que ela é tão arraigada aos hábitos brasileiros, que dificilmente não é encarada como essência.

Qual será, portanto a evidência da herança rural na formação dos costumes brasileiros? O reflexo desse predomínio rural se dá da privatização da vida comunitária. Aquilo

que tradicionalmente e pertencente ao mundo coletivo acaba por ser particularizado. A construção de um mundo fechado na estrutura da propriedade particular rural em detrimento do espaço urbano, mais comunitário, marca politicamente e socialmente a formação do país. Exemplo desse tipo de conduta está no relato do historiador colonial: Frei Vicente Salvador (1583-1639). Em sua obra *História do Brasil: 1500-1627*, escrita no século XVII, Salvador conta que quando um de seus colegas do clero encontrou dificuldade para comprar um frango na capital da Bahia quando lá passou: “Donde nasce também que nenhum homem nesta terra é republico, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Não notei eu isto tanto quanto o vi notar um bispo de Tucuman da Ordem de S. Domingo (...); notava as coisas, e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe, para comer e nada lhe traziam: porque não se achava na praça nem no açougue, e se mandava pedir as ditas coisas, e outras muitas as casa particulares lhas mandavam, então disse o bispo que verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é republica, sendo-o cada casa” (SALVADOR, 1965: p.59). No Brasil, desde início, ocorre a particularização do que é coisa comum, pública (*res-publica*). Uma simples compra de mantimento necessita do aval dos proprietários. Ocorre que as coisas estão fora de lugar, como diz Salvador, estão trocadas. Não existe a busca por um bem comum,

apenas as vontades de cada um. Este tipo de conduta vigorara no país durante todo o período colonial e adentrará o período de independência: “No Maranhão, em 1735, queixava-se um governador de que não vivia a gente em comum, mas em particular, sendo a casa de cada habitante ou de cada régulo uma verdadeira república, porque tinha os ofícios que a compõem, como pedreiros, carpinteiros, barbeiros, sangrador e pescador etc. Com pouca mudança, tal situação prolongou-se, aliás, até bem depois da Independência e sabemos que, durante a grande época do café na província do Rio de Janeiro, não faltou lavrador que se vangloriasse de só ter de comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois o mais de sobra suas próprias terras” (HOLANDA, 2002: p.81). Assim sendo é possível sugerir que no Brasil dificilmente vingou a concepção de *sociedade*, apenas a concepção de *família*: “Dos vários setores de nossa sociedade colonial, foi sem dúvida a esfera doméstica aquela onde o princípio de autoridade menos acessível se mostrou às forças corrosivas que de todos os lados o atacavam. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo” (HOLANDA, 2002: p.82). Moldado desta forma o costume brasileiro realizou uma obra difícil de ser consertada, pois “A entidade privada precede, neles [indivíduos], a entidade pública”

(HOLANDA, 2002: p.82). Assim sendo, é possível apontar que no Brasil, ocorre uma privatização do que é público e uma particularização do que é comum. Disto resulta o caráter do *homem cordial*.

2.4- A Antígona Tropical

Na Grécia antiga o dramaturgo Sófocles (496 a.C.-406 a.C.), tratou sobre a divisão entre o poder coletivo e o poder privado e suas conseqüências. Em sua peça de teatro *Antígona*, até hoje encenada, a discussão está entre a vontade pessoal e a vontade do coletivo (ou pública). No enredo Antígona deseja enterrar seu irmão Polinize sem a autorização do Estado, representado por Creonte. Num trecho, Creonte sintetiza toda a disputa entra o desejo pessoal de Antígona, contra as leis da cidade, leis que beneficiam o coletivo: “E todo aquele que acima da Pátria/ Coloca seu amigo, eu o terei por nulo” (apud HOLANDA, 2002: p.141). Antígona representa de certo modo o caráter brasileiro. Devido as suas origens ibéricas indomadas, suas vontades pessoais estão acima de qualquer lei elaborada pelo coletivo, seu livre-arbítrio jamais poderá ser contestado. A herança rural, ou seja, a adaptação dos hábitos ibérica ao um mundo sem cidades gera um comportamento que nega a primazia da vontade pública, própria da vida em comunidade, sobre a privatização da lei, próprio do isolamento do mundo rural. Antígona é o *homem cordial*, aquele homem que é incapaz de abstrair suas vontades individuais em detrimento de uma vontade coletiva: “Só pela transgressão da

ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as leis da Cidade. Há neste fato um triunfo do geral sobre o particular (...)" (HOLANDA, 2002: p.141).

Mas por que homem *cordial*? Qual a razão da *cordialidade*? A questão é que a síntese da ética brasileira é um homem que não age pela razão, pela abstração coletiva, mas sim pelas paixões individuais, pelo coração (pelo *cor* como gostavam os romanos). Como o caráter brasileiro é pura emoção, não há possibilidade de qualquer mediação racional de suas ações. "A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definitivo do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo rico e transbordante" (HOLANDA, 2002: pp.146-147). A boa educação a necessidade entre de nós de estabelecer um vínculo para além da formas de convívio formal, são da verdade elementos que denotam a questão do excesso de individualismo entre nós. Como pode ser apontado: "Na civilização a qualquer coisa de coercitivo- ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças" (HOLANDA,

2002: p.147). Um tipo de comportamento adequado, que demonstre uma conduta mais impessoal das atitudes está associada a coerção de determinadas ações em benefício de certos mandamentos que visam, em última instância, coibir as vontades privadas em nome de uma menos seletiva. Prova dessa subversão do poder privada sobre o uma atitude mais condizente com o coletivo é o uso, muito difundido no Brasil, dos diminutivos: "No domínio da lingüística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação "inho", após as palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-lo mais acessíveis aos sentidos e aproximá-los do coração" (HOLANDA, 2002: p.148). Algo tão característico dos hábitos de nosso país, o uso dos diminutivos, é exemplo de como buscamos a particularização de tudo, pessoas ou objetos. A utilização dos diminutivos é produto da busca de apropriação de tudo aquilo que existe para o íntimo de cada indivíduo, subjugar pessoas e coisas que vivem de forma autônoma, tentativa de controle particular daquilo que não pode ser dominado na sua totalidade. Disfarçada de uma aparente docilidade, a cordialidade brasileira é perversa. Ela impede que interesses pessoais sejam contornados, e, portanto, não se pode criar uma democracia verdadeira. O poder público ou coletivo é sempre particularizado. Sendo assim não há a possibilidade existir um poder arbitrário que

coíba esses impulsos de interesses individuais sobre interesses individuais. Como afirmou Thomas Hobbes (1588-1679) “Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim (...) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro.” (HOBBS, 1978: p.75). No final, aquele que tiver mais força vencerá a disputa e subjugará o outro. Portanto, num muito de excesso de individualismo prevalece a vontade do mais forte.

Mas as conseqüências do caráter do *homem cordial* não é só moral, ela tem implicações sociais terríveis. A primazia de vida doméstica, o mundo do privado extrapole-se para o mundo público. “Representando, como já se notou acima, o único setor onde o principio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia normal de poder (...). O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.” (HOLANDA, 2002: p.82). A cordialidade, a predominância do uso do coração, da familiaridade, dos laços privados e íntimos nas decisões de âmbito social, fossem essas na esfera pública ou nas demais relações que não podem ou não devem depender de preferências pessoais, causa grande problema para a boa condução de nosso país. O *homem cordial* é incapaz de lidar com a vontade do coletivo, diante dessas questões, exacerbam-se suas vontades,

gostos e desgostos. “É o relacionamento com todos que deve dar-se, numa conduta tipicamente cordial, sobre essas bases concretas e pessoalizadas, *imediataizadas*, de modo a identificar e reconhecer pessoal e diretamente, cada qual com o que está mantendo algum tipo de ligação. O homem cordial cultiva, no plano privado, seus amigos e inimigos, subtraindo-se ao plano das disputas políticas” (MONTEIRO, 1999: p.228). Neste ponto a questão torna-se inclusive perigosa, pois uma vez que o *homem cordial* trata de forma pessoal e particular seus amigos e inimigos, aliados e adversários, ele tratará de maneira pessoalizada e emotiva tanto uma aliança como, de maneira perturbadora, uma disputa. Para seu amigo ele é capaz de usar todas suas capacidades e esforços pessoais para ajudar, mas à um inimigo, todo o ódio e poder serão lançados para vencer a disputa. Não há meio-termo, não há arbitragem capaz de conformar o modo de agir, os hábitos e vontades individuais de cada homem cordial brasileiro.

O resultado desta intrincada explanação é que a faceta liberal, devidamente exacerbada, de nossa sociedade é incapaz de fazer com que entre nós se estabeleça a mínima forma de organização coletiva, do controle das vontades e desejos privados, para o benefício de uma cooperação que vise um resultado mais distributivo, mais plural. Evidências disso estão na condução da coisa pública, como também, e isto é o que deve ser destacado, em relações em que as ambições e

vontades particulares devem ser postas de lado, tais como as relações empresariais na economia privada. (...) é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (...). E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente do núcleo familiar- a esfera, por excelência do chamado “contatos primários”, dos laços de sangue e coração- está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas”. (HOLANDA, 2002: p.146). No Brasil todas as relações estão pautadas pelo extremo predomínio do núcleo familiar como modelo para toda a ação. Qualquer tipo de associação ou contrato tem como moldura as forma das vontades e relações privadas. Notava o intelectual francês André Siegfried (1875-1959) que um amigo seu americano ficou surpreso que no Brasil era preciso ser amigo de seu freguês para poder conquistá-lo (HOLANDA, 2002: p.149).

O Brasil sofre de um problema já identificado pelo famoso sociólogo Max Weber (1864-1920), falta-nos um processo de *racionalização* (WEBER, 2001: p.13). O que falta à ética brasileira é um processo de

imposição da razão em detrimento do coração, que o brasileiro deixe de ser o homem *cordial* e torne-se minimante *racional*. Não há moralismo aqui, afinal de contas, a explanação acima tentou identificar a origem das condições que formaram o *homem cordial*. São condições históricas que devem ser apontadas para posterior questionamento. Faz parte da formação da racionalização o estabelecimento de uma *burocracia funcional-legal* (LAKATOS, 1997: p.81), ou seja, a formação nas organizações formais, públicas ou privadas, de uma ética que vise o avanço da impessoalidade e o estabelecimento de normas claras de conduta. Uma abstração mental que só pode ocorrer com o uso da razão sobre o coração. “Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem as especializações das funções e o esforço para assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos” (HOLANDA, 2002: p.146). Pode-se se estender a questão do Estado burocrático para além das intuições públicas e alcançar as privadas, como objetivo de que o funcionário “patrimonial” abandone a privatização de seus interesses em nome do grupo e que por seu lado a empresa privada assegure as garantias de seus clientes, como o

Estado deve assegurar as garantias de seus cidadãos.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No gotejamento final, é preciso que a ética brasileira adote a *jaula de ferro* weberiana (WEBER, 2001: p.99), transforme vontades pessoais em regras que visem o bem comum. Compreender que é necessário refrear as paixões e estabelecer uma jaula de ferro como objetivo de melhor convivência e objetividade. Abandonar o clientelismo pela meritocracia, os laços de amizade pela impessoalidade profissional, o uso da lei em vez do uso da força. Racionalizar, saber distinguir o que são coisas da razão e do coração, do privado e do comum. O Brasil deve abandonar a pequena Antígona tropical que possui dentro do hábito de cada um dos seus habitantes e tentar abraçar a palavras de Creonte. Deve entender que existem regras que pautam o mundo da família e dos amigos e regras que pautam o mundo da sociedade, e que essas são muito distintas.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *The Nicomachean Ethics*. Londres, Penguin Books: 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Jose Olympio Editora: 1978.
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo. Cia das Letras: 1995
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras: 2002.
- LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia da Administração*. São Paulo, Editora Atlas: 1997.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *A Queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos*. Campinas, Editora da UNICAMP: 1999.
- SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo, Edições Melhoramentos: 1965.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira: 2001.